

AS IDÉIAS POLÍTICAS DE BERNARDO O'HIGGINS (*).

O problema da independência americana, das causas que conduziram à formação inevitável de uma série de Estados num continente que tinha sido parte do grande império hispano-americano, é objeto de renovado estudo e de discussões cada vez mais nocivas. Não é este o momento de aludir ao caráter destas polêmicas, tão sutis quando são conduzidas por homens de talento, quanto inúteis quando se desenvolvem entre vulgares competidores. Desejamos ressaltar um fato pouco observado e nada comparado. E' a constatação das idéias políticas que tinham os homens que mais se destacaram na luta pela independência. Os ideais dos grandes heróis nacionais de cada país, são, indiscutivelmente, os ideais que conduziram ao supremo ideal, ou seja, ao de dar liberdade e independência definitiva. Suas convicções são as que acabaram se impondo na imensa guerra civil — por muitos historiadores chamada revolução — que começou entre afrancesados e leais em Madri, aos 2 de maio de 1808. Em outros têrmos: o estudo dos pensamentos políticos de cada herói é o estudo da atmosfera política de toda a América caminhando para a sua independência. Falamos dos heróis que mais se sobressairam nesta contenda pela liberdade, dos heróis apresentados como heróis nacionais, pelos países que mais se destacaram na América nesta pugna para serem livres e não continuar fazendo parte do império hispano-americano. Quando comprovamos que os ideais políticos de um destes homens, são exatamente os mesmos ideais que se notam nos governos, nos jornais, nos documentos e nos propósitos de outros homens, de atuação menor, chegamos à conclusão de que seus ideais não são exceções, mas produtos de sentimentos gerais, comuns a grandes massas e a muitos políticos. Poucos são os homens-ilhas. Ainda mais: estes homens em cujas idéias tratamos de nos aprofundar, irmanam-

(*) — Tradução do texto espanhol pela Lic. Sônia Aparecida Siqueira (Nota da Redação).

se a outros grandes homens de outros países. Notamos, pois, que há uma coincidência perfeita de ideais entre os heróis que mais se distinguiram na luta pela independência americana. Tôda América vibrou, pois, em determinados anos, com a mesma ilusão e o mesmo tremor. Tôda América quis a liberdade, mas não a quis como consequência de trações nem de necessidades econômicas, nem de ódios de raças, como ensinam tantos manuais antiquados e anti-patrióticos, e sim como desêjo sublime de um bem espiritual superior nascido de uma forte luta de princípios políticos opostos: a liberdade e a anti-liberdade.

San Martin e Bolivar, os heróis que gloriosamente os seguiram nos seus países e em outros da América, pensam do mesmo modo que seu irmão na imortalidade, Bernardo O'Higgins. "**El fundador de la independencia nacional y el verdadero padre de la Patria**", como o chamou acertadamente Ricardo Donoso, mostra nos ideais que acabaram por fazer a independência do Chile, uma igualdade impressionante a todos os outros heróis fundadores de nações, que constituem a mais pura glória de nossa independência. Pois bem: todos êstes homens, como pudemos verificar em cada caso, não falaram, em seus primeiros tempos, de romper o império hispano-americano, de lutar para constituir nações independentes, etc. como se diz com tanta superficialidade, em manuais e obras sérias. Todos êles, insistimos, foram surgindo da grande guerra da Espanha e América contra Napoleão e foram evoluindo em seus ideais diante do absolutismo. Esta evolução é idêntica em todos os grandes heróis americanos. Não se nota diferença no fundo de suas idéias. Variam as palavras, não varia o espírito, não mudam os propósitos. Estudar ideologicamente um desses heróis, é estudá-los todos. Suas vidas não tiveram, com freqüência, contactos entre si. Entre O'Higgins e Bolivar, por exemplo, não houve influências recíprocas de nenhuma espécie. O mesmo acontece com San Martin e Bolivar, Belgrano e Sucre, etc. Todos, no entanto, avançam em seus pensamentos políticos de maneira uniforme. Que significação nos pode ter êste fato coletivo que não chamamos estranho porque para nós é muito natural? Começa por nos fazer compreender que algo superior inspirava igualmente seus corações e que algo muito geral anuviava seus cérebros e suas espadas. Não havia contactos, não estavam de acôrdo, não existia uma conspiração americana entre tantos homens que com freqüência morreram sem apertar-se as mãos. Existia um

mesmo ambiente político que conduzia a fins iguais e no qual somente se podia lutar por um dos lados em que então se dividiam tôdas as idéias.

O estudo dos ideais políticos de Bernardo O'Higgins confirma-nos uma vez mais esta convicção de que, nos primeiros anos, quando estalou a guerra da Espanha e América contra a França, contadíssimas eram as pessoas que pensavam na independência política da América em geral ou de alguma de suas partes em particular. Foram os acontecimentos, os choques e a guerra civil que imediatamente se desencadeou, entre partidários das Juntas ou governos locais, e os partidários do reconhecimento do Conselho de Regência, que levaram ao desmembramento e à independência das diferentes partes da América. Não se diferenciou dos demais porque não tinha porque diferenciarse. Pensava e agia como eles; cada um em seu círculo e em seu ambiente. Vivia de acôrdo com os acontecimentos políticos, influenciando neles e influenciado por eles. Era a vida de todos os homens em todos os tempos. Era um trecho de história, de verdade social, política, humana. Não era uma figura de papelão como apresentam-na alguns de seus biógrafos; um traidor, como insinuam alguns outros; um anárquico, como resultaria de certas teorias que o fazem lutar pela independência quando o problema da independência americana não se concebia, nem se podia conceber.

Nasceu Bernardo O'Higgins, como é notório, no bispado de Concepción, em 20 de agosto de 1778. Não falaremos de sua vida, muito bem escrita por modernos e antigos historiadores chilenos. Recordamos que em 1798 achava-se em Londres. Hoje podemos acompanhar, com perfeição suas idéias políticas e de toda ordem, na admirável coleção de documentos saídos de sua pena e relacionados com sua existência, que o Arquivo Nacional de Santiago do Chile começou a editar em 1946, com o título de **Archivo de don Bernardo O'Higgins**. Esta coleção foi levada a cabo após pacientes buscas dos historiadores chilenos Ricardo Donozo, Jaime Elzaguirre Gutiérrez, Eugênio Pereira Salaz e Guillermo Feliú Cruz. Encerra tudo quanto de útil pode-se conhecer sobre o mais puro dos heróis chilenos. As suas primeiras cartas, datadas de Londres, nada aludem a planos políticos. O jovem Bernardo O'Higgins, conhecido como Bernardo Riquelme, andava com pouco dinheiro e com problemas mais íntimos e diretos que os de tornar o mundo independente. Aos 19 de março de 1799 estava realmente desesperado. Queria sair de Londres e ir, por qualquer meio, para a

América espanhola, para não morrer de fome. Escrevia a seu amigo don Nicolás de la Cruz que se achava em Cádiz, e lhe dizia:

“Espero que para vuelta de correo me haga usted el favor de determinar alguna cosa de mi y si me lo permite su consentimiento, mi intención es irme de aquí en derechura a la América, pues tengo algunos amigos comerciantes, quienes me prometen darme pasaje gratis de aquí a la isla de Trinidad o Filadelfia, y de allí puedo pasar a buscar mi vida en la América Española, donde por muy mal que lo pase, nunca puede ser peor que aquí”.

A 1.º de fevereiro do ano de 1800 pensava dirigir-se para Buenos Aires, e pedia a sua mãe, dona Isabel Riquelme, que lhe escrevesse diretamente para essa cidade, para a casa de don Juan Ignacio Excurra, a quem ia recomendado. A viagem para Buenos Aires não pôde se realizar por culpa dos ingleses. Assaltaram seu navio, e o jovem O’Higgins acabou ainda mais pobre em Gibraltar, Algeciras e Cádiz. Foram suas primeiras aventuras verdadeiramente novelescas. Teve a febre amarela e o vômito negro. Teve, também, segundo alguns, indícios de suas primeiras idéias separatistas, que alguns historiadores chamam de revolucionárias, mas apenas chegam, na realidade, a ser simples idéias políticas liberais. Uma nota de Bernardo Riquelme a Francisco de Miranda, sem data, sem dúvida alguma escrita em Londres e incluída pelos recompiladores de seus documentos entre as cartas datadas de Cádiz no ano de 1800, faz-nos saber que O’Higgins entrevistou-se uma vez com Miranda. A nota diz:

“Querido paisano y señor mio: En respuesta a la nota de vuestra merced debo decirle que con mucho gusto me hallaré con vuestra merced a la hora citada. Su más afectísimo servidor q.s.m.b. Bernardo Riquelme”.

Isto é tudo que a história conserva das relações de Miranda com O’Higgins. No entanto muitos historiadores nos contam uma infinidade de coisas que não se acham em nenhum documento. A história crítica não é capaz de descobrir uma linha a mais que permita conhecer em que consistiram suas conversas e projetos com o Precursor. Existem uns papéis, cuja autenticidade de nenhum modo se pode provar, que passam por instruções de Miranda a O’Higgins. Vicuña Mackenna escreveu, em “**El ostracismo de O’Higgins**”, que

“el original de este precioso documento ha desaparecido. Dicese que O’Higgins lo ocultó varios años lle-

vòndolo consigo, cosido en el forro interior de su sombrero. Nosotros lo hemos transcripto al español de una de las traducciones jeroglíficas de Mr. Thomas”.

Estas traduções de Thomas não oferecem nenhuma seriedade. De outra parte, as instruções que tampouco se sabe com certeza se foram de Miranda e se eram dirigidas realmente a O’Higgins, falam de coisas vagas. O autor aconselha não falar com pessoas desconhecidas; não esquecer que, fora da Inglaterra só se pode discorrer sobre política nos Estados Unidos; desconfiar de todo homem de mais de 40 anos, a menos que seja afeiçoado aos livros proibidos pela Inquisição e recordar que os espanhóis eram orgulhosos e fanáticos. O documento parece dirigido a O’Higgins, porque num parágrafo diz:

“ellos os despreciaran por haber nacido en América y os aborrecerán por haber sido educado en Inglaterra”.

Em outro lugar alude ao Chile. Recomenda-lhe também não desconfiar demais nos cônegos e aparentes fanáticos. Entre eles havia bons crentes nos direitos naturais do homem. O documento não tem data, mas no seu texto há alusões que permitem situá-lo entre alguns anos, e deixam também a impressão de que foi inventado longo tempo depois da atuação pública de O’Higgins, para provar sua amizade com Miranda. Com efeito: um parágrafo é destinado, no final, a demonstrar que foi entregue por Miranda a O’Higgins, no momento deste embarcar para a América, em 1800. Diz:

“Leed esto papel los días durante vuestra navegación y destruidlo en seguida”.

Estas linhas, repetimos, estão destinadas a provar que Miranda entregou suas instruções a O’Higgins no ano de 1800, quando o jovem chileno embarcou rumo à América, mais precisamente, rumo a Buenos Aires, e não pôde chegar por ter sido assaltada sua nave pelos ingleses. Considere-se o ano de 1800. Em linhas anteriores o autor das instruções, que em nenhum instante se nomeia e que não temos inconveniente em admitir tenha sido Miranda, diz:

“Respecto del problema destino de vuestro país ya conocéis mis ideas y en el caso de que las ignoraséis, no sería este el lugar a propósito para discutir las”.

Este é um subterfúgio do inventor do documento para nos fazer crer que Miranda e O’Higgins falaram mais de uma vez sobre a futura independência do Chile, mas como ignorava

ao mesmo tempo o que pensava Miranda sôbre o Chile, declarou a possibilidade de que O'Higgins também pudesse ignorá-lo. É uma evidente contradição. Se O'Higgins conhecia as idéias de Miranda sôbre o Chile, por tê-las dito o próprio Miranda, não é lógico que êste expresse que talvez não as conhecesse. A história ainda não sabe o que pensava Miranda sôbre o Chile e ninguém será tão ingênuo de admitir que no ano de 1800 existissem projetos sôbre a independência chilena, nem no cérebro de Miranda nem do de O'Higgins, nem no de nenhuma outra pessoa do mundo. Por último, a falsidade dêste documento fica bem patente quando lemos nele uma alusão a um país vizinho do Chile que já era livre e independente. Fala dos chilenos e diz:

“...la cercanía de un pueblo libre debe traer a sus espíritus la idea de la libertad y de la independencia”.

Pois bem: é elementar que no ano de 1800, o Chile não tinha em suas fronteiras nenhum povo livre que pudesse inspirar-lhe idéias de liberdade e independência. Êste anacronismo é demasiado grosseiro para supô-lo escrito em 1800. O inventor desta carta concebeu-a muitos anos depois de 1816, e cometeu êstes e outros descuidos que provam com perfeição a sua falsidade. Também se fala de “una opinión liberal” e outras frases de estilo que não se usavam, nem por exceção, em 1800, mas só em anos bem posteriores. É esta a primeira vez que se nega a autenticidade dêste documento, reconhecido como autêntico por todos os biógrafos de O'Higgins. Esperamos as réplicas mais ou menos indignadas, as demonstrações de sua autenticidade, etc. O documento é falso e tem anacronismos que, na realidade, não admitem discussões. Para cúmulo existe outra cópia com boas variantes, o que contribui para aumentar as desconfianças. A lenda da estreita amizade de O'Higgins com Miranda se funda, principalmente, no **Epistolário de O'Higgins**, de Ernesto de la Cruz, que escreveu sôbre êste particular, um belo romance, muito ao gôsto da época. Não perdemos tempo em analisá-lo nem em refutá-lo, porque tudo que se diz nele funda-se sômente na sua fantasia e não traz a mínima prova. Basta dizer que o romance chega a extremos de que, segundo de la Cruz, Miranda teria querido beijar as mãos do jovem destinado pela Providência para quebrar os

“fierros que nuestros compatriotas y hermanos cargan tan ominosamente, y de sus escombros nazcan pue-

blos y repúblicas que algún día sean el modelo y el ejemplo de muchos otros del antiguo mundo”.

Estas frases teatrais, atribuídas a Miranda e dirigidas a O’Higgins, emocionavam a juventude há um século; mas hoje não é lícito perder tempo com elas. A história deve confessar que ignora tudo quanto se refere às possíveis relações de Miranda com O’Higgins. Assim mesmo o que se conta da maçonaria nestes anos é pura lenda.

A história das idéias políticas de O’Higgins começa com os sucessos napoleônicos na França. Os fatos que produziram modificações radicais de opiniões na Península e na América, agiram do mesmo modo também em O’Higgins. A 9 de outubro de 1808, Juan de Dios Antônio Tirapegui, radicado em Concepción, deu conta a O’Higgins das últimas notícias procedentes da Espanha. Eram a prisão dos reis em Bayona, a guerra declarada pela Espanha à França, a paz feita com a Inglaterra, a liberdade de comércio, etc. Segundo o informante, um milhão de homens estava em armas para combater os franceses, e outro milhão se preparava para a luta. Muitas guarnições francesas estavam para render-se. Em Barcelona tinham sido passados a espada doze mil franceses e quatro mil haviam sido feitos prisioneiros, etc. Um ano mais tarde, a 13 de agosto de 1809, o mesmo informante fazia O’Higgins sabedor do

“estado tan lastimoso de la España”.

E’ tudo quanto sabemos das idéias políticas de O’Higgins nestes anos. Tinha conhecimento do que acontecia na Espanha e esperava em silêncio o resultado daquela luta, do mesmo modo que todos os outros próceres da América. Não inventamos nada porque não temos em que nos basear. A história é documento, prova, e não suposições ou imaginações. No mês de maio de 1810 ocorreram em Buenos Aires os acontecimentos que todo escolar repete e a notícia chegou ao Chile, onde se originaram outros fatos que não faltam nos manuais elementares. Sabido é que alguns historiadores têm querido sustentar a estranha teoria de que todos os próceres da América que juravam fidelidade nesse tempo a Fernando VII eram uns traidores, uns cínicos e hipócritas que ocultavam seus verdadeiros propósitos atrás de uma máscara repugnante por sua vileza e sua mentira. Nós não podemos ofender aos Pais da Pátria com esta suposição. Ademais, a uniformidade de idéias e juramentos que se nota ao mesmo tempo de um extremo a outro da América Espanhola desmancha de um modo absoluto a possi-

bilidade de entendimentos recíprocos e de propósitos semelhantes. Tratava-se de homens extraordinariamente afastados no espaço e que não se conheciam e que agiam de acôrdo com as circunstâncias do momento. Em tôdas as cidades a que chegou a notícia de que Espanha estava dominada, em sua quase totalidade, pelas fôrças francesas e que as cidades peninsulares tinham começado a reger-se por meio de Juntas populares de governo, imitou-se o sistema das Juntas, e, por ação imediata, criaram-se outras. Assim aos 14 de novembro de 1810, na Vila de Nuestra Señora de los Angeles, na alta fronteira do reino do Chile, o povo prestou obediência e juramento de fidelidade à Excelentíssima Junta Governativa instalada

“en la capital del reino en nombre del señor don Fernando VII”.

Os vizinhos ali reunidos com as autoridades do povoado,

“juraron estaban prontos a obedecer sus superiores órdenes y derramar hasta la última gota de sangre en defensa del reino”.

A fidelidade a Fernando VII era proclamada, pois, aos gritos, com vivas entusiastas e sem que ninguém pensasse em míseras traições. Entre êsses vizinhos, fala-se do senhor Bernardo O’Higgins.

Esta é a verdade dos fatos, mas um documento, a nosso ver falso, que a totalidade dos historiadores aceita como autêntico porque na aparência coincide com um ensino histórico tradicional e convencional, contém certas alusões a Miranda e supostos planos separatistas que destoam do marco histórico lógico e prolongam a lenda do mirandismo na América do Sul. Este documento está datado de Canteras, 5 de janeiro de 1811 e diz-se que O’Higgins dirigiu-o a don Juan Mackenna. O original, como é lógico, não existe. Sòmente se conhece a suposta tradução para o inglês que fêz o secretário de O’Higgins, John Thomas. E’ necessário, portanto, traduzir de novo esta carta, do inglês para o espanhol. Benjamin Vicuña Mackenna deu-a a conhecer na sua obra **El ostracismo de O’Higgins**. O documento foi forjado para demonstrar a amizade de O’Higgins com Miranda, a influência dêste sôbre o prócer chileno e a realidade de idéias separatistas numa época em que era impossível concebê-las. Tudo quanto expressa O’Higgins nesta suposta carta acha-se em contradição com os documentos inquestionáveis. Percebe-se a mão de Thomas, autor dêste e de outros documentos semelhantes destinados ao mesmo fim mirandista. Em pri-

meiro lugar O'Higgins aparece declarando que seu primo e outras pessoas tinham-lhe dito que

“no he obrado muy cuerdamente al mezclarme en una revolución en la cual, según todos los cálculos, tengo mucho que perder y nada que ganar”.

A palavra **revolución** começa por demonstrar que esta carta não pode ter sido escrita em 1811, pois a idéia de que estes movimentos a favor de Fernando VII era uma revolução não tinha começado a gestar-se nesse tempo e é muito posterior. O'Higgins tampouco empregou-a nesse ou em outros anos. Imediatamente vêm alusões aos acontecimentos de La Paz e Quito, o que O'Higgins jamais poderia ter feito, e somente recordou-os Thomas consultando a história. E' curioso, com efeito, que O'Higgins ao mencionar La Paz se esqueça de Chuquisaca. Trata-se de uma simples confusão de nomes feita por Thomas. Logo vêm umas frases contra o intendente Alava pelo

“hecho de que yo haya empleado en mi fundo a algunos marineros naufragos ingleses y de que haya introducido algunos nuevos instrumentos de cultivo”.

Tudo isto é uma patranha, uma calúnia inventada por Thomas contra os velhos espanhóis para desacreditá-los, apresentando-os como ignorantes e inimigos dos modernos instrumentos de cultura. Mas a prova ou evidência de que a carta é apócrifa e que foi forjada por uma pessoa que não recordava datas capitais da história e da vida de O'Higgins e esperava colocá-las devidamente em seu lugar tão logo as conhecesse, acha-se no fato elementar de que tais datas figuram em branco na carta em questão. E' inconcebível que O'Higgins não as escrevesse e, repetimos, só pôde deixá-las em branco uma pessoa que as ignorava. Assim, por exemplo, escreve que sua saúde é muito boa e nunca teve enfermidades.

“salvo tan sólo el ataque de fiebre amarilla que tuve en San Lúcar en el año...”.

A cifra está em branco. Não é crível que O'Higgins esquecesse que foi no ano de 1800. Em compensação o verdadeiro autor da carta — Thomas — não o sabia. Mais adiante diz:

“La revolución de... último me encontró como subdelegado de la isla de Laja”.

Devemos crer no absurdo de que O'Higgins não sabia que esse fato, a que nunca chamou revolução, tenha ocorrido em 1810. Este detalhe não somente demonstra que O'Higgins não foi o autor desta carta, mas que o verdadeiro autor escreveu-a muitos anos depois de 1810, a tal ponto que esquecera uma data tão conhecida. Era, repetimos, quanto já se havia formado o falso conceito de que em 1810 tinha havido nada menos de que uma revolução contra Espanha. Outro anacronismo ideológico é fazer O'Higgins dizer nesta carta que se dedicou a organizar, na Província de Concepción,

“las fuerzas necesarias para proteger nuestra libertad recién nacida”.

Nem em 1810 nem em anos posteriores alguém considerou os acontecimentos dêsse tempo como origem de uma liberdade. Tão pouco é exata esta outra frase

“Debo al mejor de los padres una educación liberal...”.

O'Higgins não considerou precisamente seu pai o melhor de todos, nem recebeu dêle uma educação liberal. Voltamos para os esquecimentos de uma frase como esta:

“Me río hoy día de la Inquisición y de sus diabólicas maquinaciones. Me encuentro ahora a la cabeza de... valientes”.

O'Higgins não sabia quantos valentes tinha sob suas ordens. Não é possível crer numa amnésia tão repetida no Pai da Pátria chilena. Quem não sabia quantos homens tinham estado às ordens de O'Higgins era, anos depois, seu secretário Thomas, quando inventou a carta que estamos comentando. Por último, nela alude a Miranda nos mesmos têrmos usados em outros documentos igualmente inventados por êle. Thomas fêz O'Higgins dizer nesta carta:

“Confío en que usted non me creerá cobarde si le confieso que me era intolerable la idea de concluir mis días en un obscuro calabozo, sin poder realizar un solo esfuerzo para libertar a mi país, objeto que ocupava el primer término en mis pensamientos y deseos desde mi conversación con el general Miranda en el año...”.

Outra vez o sistemático esquecimento de datas. Estas conversas ter-se-iam realizado em 1798. O'Higgins não o podia esquecer, mas seu secretário ao forjar esta carta não o recordava e por isso deixou em branco o local para colocar o ano as-

s.m que o averiguasse. Em seguida quer deixar assegurado que O'Higgins foi amigo de Miranda, mas como ignora todo detalhe referente a essa amizade faz O'Higgins dizer evasivas pueris:

“Como espero tener pronto el gusto de abrazarlo, dejaré para entonces la relación de mi amistad con Miranda en Londres q de cómo me convertí a las doctrinas de ese inteligente e infatigable apóstol de la causa de Sud América”.

E' sempre a fantasia quem cria essas pseudo-confissões. Num **postscriptum** o autor desta carta faz O'Higgins falar:

“del éxito de la revolución”, “de la convocatoria de un congreso” “y el establecimiento de la libertad de comercio”.

anacronismos que revelam o caráter apócrifo da missiva. A palavra e o conceito de revolução não podiam aparecer nesse ano e a liberdade de comércio — argumento sôbre o qual se insistiu longos anos depois como uma das causas da independência da América — existia tempo antes e não era necessária. O'Higgins de nenhum modo podia referir-se em 1811 a uma revolução nem à liberdade de comércio.

A resposta de D. Juan Mackenna a O'Higgins também foi inventada pelo secretário Thomas. Seu original não se achou nem se achará e foi preciso traduzir esta carta do inglês. Mackenna se mostra grande inimigo da Revolução Francesa e partidário de um triunfo de Napoleão para que a Inglaterra não tenha ocasião de ajudar a Espanha e os americanos possam desligar-se dos espanhóis. Esta carta parece ter sido concebida antes da queda de Napoleão, em 1814. Talvez se baseie num autógrafo autêntico com notícias exatas escritas por Mackenna a O'Higgins. E' indubitável que Thomas ampliou-o e modificou-o a seu gosto, de acôrdo com suas idéias e o que necessitava demonstrar. As idéias políticas de O'Higgins tornam a aparecer muito claras com sua eleição de deputado feita na Vila de los Angeles a 10 de janeiro de 1811. Nos poderes que a Vila de los Angeles deu a seus deputados — don Bernardo O' Higgins e don José María Benavente — faz-se constar que

“habiéndose instalado en la capital de Santiago de este reino una Junta Provincial Gobernativa, de resultas de las desgraciadas ocurrencias de la Península y con el objeto de precaver el riesgo en que se hallaba esta importante porción de la España americana de ser sepa-

rada de la dominación de su amable soberano el señor don Fernando VII o por sorpresa o por intriga”,

resolveu-se convocar um Congresso. No Chile ocorria exatamente o mesmo que na Argentina e em outras partes da América. Ao se saber que na Espanha o rei se achava prêso e os franceses dominavam a Península, temia-se que esta parte da Espanha americana caísse em poder dos inimigos por surpresa ou por intriga e então se pensava em convocar um Congresso para resolver seu futuro. Nada de conspirações secretas, de mirandismos ou outras coisas obscuras. Tudo era muito claro e muito lógico. Cada um dos 25 partidos em que se achava dividido o reino devia nomear deputados

“que representen los derechos de la ciudad, villa o partido que los elija”.

Assim se havia nomeado O'Higgins e seu suplente. O'Higgins comprometeu-se a cumprir fielmente o que a vila lhe ordenava

“y juró por Dios Nuestro Señor, y una señal de cruz, en legal forma, de usar bien y fielmente de la grave comisión que se le ha confiado, según su leal saber y entender, obligándose a no ejecutar lo contrario, por respeto, amor, temor, odio e interés ni otro motivo alguno”.

O'Higgins era um cavalheiro e não um perjuro. O que êle se comprometeu a realizar era o seguinte:

“Para que a nombre de ella y de todos los habitantes comprendidos en su jurisdicción, proponga y resuelva, tranquila y pacíficamente, qué género de gobierno es más adaptable para el país en las actuales críticas circunstancias; dicte reglas a las diferentes autoridades, determine su duración y facultades; establezca los medios de conservar la seguridad interior y exterior, y los de fomentar los arbitrios que den ocupación a la clase numerosa del pueblo... y para que trate de la felicidad general...”.

O Chile procurava seu próprio destino e O'Higgins era um dos deputados encarregados de achá-lo. A Circular do Congresso para as províncias, datada em Santiago aos 13 de agosto de 1811, exprimia seus desejos de sair do antigo sistema de arbitrariedade e despotismo. Referia-se ao sistema de Manuel Godoy, o Príncipe da Paz, e falava como todos os liberais da Espanha que clamavam por um govêrno constitucional. Na Cir-

cular fazem-se referências à Constituição dos Estados Unidos da América do Norte. Também demonstra conhecer o Real Decreto da Regência Espanhola no qual se aconselha às províncias livres estabelecer suas Juntas. As ambições e as rivalidades políticas levaram logo a uma luta aberta com

“las miras ambiciosas y opresoras de la Capital”.

Houve nova eleição de deputados aos 17 de setembro de 1811. O'Higgins tornou a jurar sua fidelidade a Fernando VII. O escrivão de S. M. publicou e recebeu do Cabildo os juramentos dos vassallos da Junta, de pé, e com a mão sôbre os Santos Evangelhos, sob esta forma:

“¿Juráis la Santa religión apostólica romana, sin admitir otra alguna en este partido? ¿Juráis a Fernando VII de Borbón libre de toda dependencia extranjera? ¿Juráis defender este partido y sus derechos contra sus enemigos interiores y exteriores y, para todo esto, conservar la mayor unión?... Todos juraram. “Si así lo hacéis, Dios os le premie, y si no, os lo demande. A que contestaron todos: Amén”.

Insistimos que não podemos crer que O'Higgins, como os outros vogais fôsse um traidor e um perjuro. Estava no movimento político natural de seu tempo e se desincumbia de acôrdo com as circunstâncias. Sonhar projetos separatistas é cair em anacronismos ou deixar-se arrastar por fantasias. E' preciso conhecer a autêntica política daquele tempo. Havia afrancesados e aporuguesados. Os primeiros desejavam entregar estas terras ao govêrno francês; os segundos, à Infanta Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII e mulher do regente de Portugal, então radicados no Rio de Janeiro. O carlotismo fêz sentir sua influência no Chile com tanta fôrça como em outros lugares. O'Higgins foi um anti-carlotista. A Junta de Vila de los Angeles foi deposta por ser partidária da Infanta Carlota Joaquina. Estes fatos não são ditos por nós. São relatados pelo próprio O'Higgins à Junta de los Angeles que o havia reeleito. Diz:

“El manejo insidioso de los diputados depuestos no tenía otro objeto que vendernos a los portugueses, procediendo de acuerdo con el gobierno del Brasil, que no ha cesado de hacer sus gestiones secretas y dolosas con apariencias de justicia en cuantas partes ha podido, habiendo sido repulsadas sus pretenciones en todos los pueblos que saben apreciar sus derechos y están animados del noble sentimiento de su libertad, según se instruirán Vues-

tras Señorías por las copias de las actas de Chuquisaca y Cochabamba que han venido a mis manos y tengo el honor de acompañar”.

Os acontecimentos do alto Peru produzidos também pelo temor de cair em poder dos portugueses, tinham aberto os olhos aos patriotas fernandistas do Chile e os carlotistas tinham sido expulsos. O'Higgins não era, portanto, como dissemos, um carlotista. Defendia a independência destas terras como parte do império hispano-americano. E, entretanto, os políticos disputavam a admiração pública, acusavam-se de irregularidades e entregavam manifestos ao povo. A revolução de 15 de novembro de 1811 fundou-se em muitas inquietações. O ofício da 4a. Junta do governo ao Congresso, assinado por José Miguel Carrera, Bernardo O'Higgins e José Gaspar Maria, deixa patente que os edifícios da liberdade civil estavam minados pelos inimigos da causa. Note-se que, do mesmo modo que na Argentina, não se falava de liberdade política, ou seja, de independência de um novo Estado, mas de liberdade civil. Os inimigos faziam circular as falsas notícias de que o governo pensava em se apropriar dos bens particulares e aumentar enormemente os impostos. Havia-se propagado o pânico e as pessoas fugiam ou escondiam suas jóias e dinheiro. Um manifesto da Junta de governo, datado de 20 de novembro de 1811, fez o povo conhecedor de que

“un partido dominante por la pluralidad más desigual todo lo arrastraba a sus designios. El reino caminaba a su ruina con pasos tan adelantados que, o se debía jurar su exterminio político o poner la mano en el sagrado mismo de su representación”.

Estes fatos conduziam a uma possível independência ou anarquia.

“...lo que condujo al peligro de ser perdida para siempre esta preciosa piedra de la real diadema”.

E' indubitável que O'Higgins, como os demais patriotas chilenos, não pensava por este tempo, em sua independência estatal, conforme se conhece hoje em dia. Dissemos que os problemas políticos eram outros. Existia, desde outrora, uma guerra civil entre afrancesados e tradicionalistas hispano-americanos. Na América se combatia principalmente entre aqueles que desejavam conservar-se espanhóis, mediante o regime das Juntas ou governos autônomos, e aqueles que tinham iguais propósitos, mas obedecendo ao Conselho de Regência. Mas uns

e outros acusavam-se de afrancesados ou carlotistas. Era o maior agravo que se podia fazer: dizerem-se vendidos a Napoleão ou à Infanta Carlota Joaquina. Com estas acusações recíprocas tratavam de demonstrar, cada vez mais, sua adesão sem limites à causa tradicional e conservadora de Fernando VII. O'Higgins também se valeu do recurso de acusar de afrancesados ou napoleônicos aos seus adversários para fazer valer sua fidelidade a Fernando VII. Numa carta a d. José María Benavente, datada de los Angeles, aos 13 de fevereiro de 1811, diz:

“Bastante admiración me causa la ceguedad e ignorancia con que los galo-españoles intenta sofocar la benignidad americana”.

Era o ataque aos napoleônicos, os traidores que desejavam entregar estas terras aos franceses. O'Higgins protestava contra essas gazetas provenientes da Península que falavam de triunfos imaginários sobre os franceses. Eram, sem dúvida, produtos desses homens que tinham mantido a América e a própria Espanha em um regime de tirania e despotismo. Passava logo a expor princípios elementares de liberalismo, segundo os quais todos os homens tinham direito a defender sua vida e sua liberdade. O problema político consistia, primeiramente, em saber se a Espanha lograva conservar-se independente ou terminaria por ser absorvida pelos franceses. Muitos amigos de O'Higgins, como o dr. Antônio Alvares de Jonté, desde Buenos Aires faziam-no sabedor que os exércitos compostos de ingleses, espanhóis e portugueses recebiam fortes golpes das tropas napoleônicas. Ao mesmo tempo, as forças peninsulares ou partidárias do Conselho de Regência, na América, eram derrotadas pelos exércitos liberais. Enquanto não se soubesse o fim da Espanha era inútil combater. Assim o entenderam, num instante, as cidades de Santiago e Concepción. No convênio de paz, firmado a 12 de janeiro de 1812, os delegados Bernardo O'Higgins e Manuel Fernández Vazquez de Novoa, deixaram plenamente assente que

“la autoridad suprema reside en el pueblo. Todos los individuos encargados del gobierno, todos los funcionarios públicos, reciben del pueblo la jurisdicción que tienen. Ellos son sus mandatarios y servidores y les deben responder de su conducta y operaciones”.

Era o reconhecimento do velho ideal liberal, exposto por São Tomás e tantos outros teólogos espanhóis, de que o povo é a fonte de poder e de que toda autoridade emana do povo.

Isso foi sustentado no Cabildo aberto de 22 de maio de 1810 realizado em Buenos Aires e isso continuaria a ser sustentado pelos adstritos ao partido liberal, em muitos momentos da história americana. No mesmo convênio, os delegados manifestam o propósito de manter o sistema adotado. O Congresso estava suspenso até o momento em que se devia pensar numa Constituição permanente. Pois bem: não se devia pensar numa Constituição permanente até o instante de se considerar completamente separados da Espanha; mas não da Espanha por ser Espanha, e sim da Espanha ocupada pelos franceses. Perdida a Península, a América se ocuparia então de seu próprio destino. Nunca antes. As palavras do convênio são muito claras:

“Lo que se verificará ocupada que sea la España por los franceses o si por justos y necesarios motivos fuese necesario declarar antes la independencia”.

E' indiscutível que não se pensava então na independência para separar-se da Espanha, a não ser no caso de que não houvesse outro remédio. No caso de que a Espanha passasse a integrar o reino da França e a América tivesse que se salvar declarando sua independência. Antes de ser franceses, os habitantes da América preferiram se constituir em nação independente. Esta é a verdade da história, a verdade da política daqueles anos e a verdade dos ideais de O'Higgins. O convênio prossegue:

“En el entretanto el gobierno del reino será representativo en todo sentido y se compondrá de tres vocales...”.

O Chile se governaria, conseqüentemente, de forma provisória e de maneira representativa, quer dizer, democrática.

O estudo desses documentos é de suma importância para compreender o espírito que animava aos homens do Chile, dirigentes da política, neste ano de 1812. Seu programa de ação está perfeitamente traçado. Não há contradições com os ideais políticos que distinguiam o resto da América liberal. E' sabido, para entender o fundamento desta situação, que a Espanha havia dado o exemplo de se governar, em cada cidade, por meio de uma junta provisória, nascida do povo, que devia se manter até o regresso de Fernando VII. Quer dizer, existia o propósito do auto-governo do povo para o povo e pelo povo enquanto o monarca permanecesse cativo. Logo depois devia submeter ao monarca, reintegrado a seu trono, condições li-

berais para não continuar obedecendo a política protecionista e despótica do antigo govêrno de Godoy. Eram êstes os fins do partido liberal. Repetimos: auto-govêrno e liberdade civil, commercial, etc. Pensava-se na liberdade, não na independência de uma nova nação. A independência ficava para o caso hipotético de que a Espanha deixasse de ser Espanha para converter-se num domínio ou parte da França. Os governos da Península, ilegais, criados por si mesmos, ou sem o consentimento da América, não deviam ser reconhecidos. O convênio que estamos tratando mostra com perfeição os propósitos dos liberaes chilenos, e, em particular, as idéias políticas que tinha O'Higgins. O artigo 11 diz:

“En ningún evento se reconocerán las Cortes, la Regencia o cualquier otro gobierno que se constituya en España, ni se admitirán los empleados que de ella se manden, mientras no se le restituya a su trono a su rey Fernando VII y si llega este caso y el de que no se declare la independencia, el reino entrará en negociaciones y lo sostendrá para obtener la libertad del comercio y de tener manufacturas para que la provisión de los empleos se haga en los naturales del país y para que el gobierno, tomando otra forma, no quede como en lo pasado, expuesto a los horrores del despotismo y de la arbitrariedad”.

Deve-se compreender estas palavras e não se limitar a repetir vulgaridades patrioteiras e ignorante. Aquêles homens recordavam o tempo de Manuel Godoy, o favorito de Carlos IV e sua espôsa Maria Luísa, e não queriam que se repetissem. Estavam fartos de vice-reis expoliadores e de enviados incapazes. O comércio devia ser livre e não dirigido ou limitado. Os patriotas chilenos falavam exatamente como os liberaes espanhóis. A independência deixava-se para o caso de que não se obtivesse a liberdade ou de que Espanha deixasse de ser Espanha. Não se pensava, repetimos, na independência pelo mero fato de separar-se. Aquêles homens não eram loucos nem traidores, como pretendem apresentá-los tantos historiadores de tempos antigos e modernos. Eram homens conscientes, políticos de nobres ideais que estavam dispostos a reger seus destinos enquanto não voltasse o único e legítimo rei e enquanto não se lograsse uma autêntica liberdade civil. Pensavam como todos os bons liberaes da Espanha. E foram, na realidade, os hispano-americanos que mais fiéis se mostraram aos ideais da Espanha eterna e liberal, à Espanha dos Concílios de Toledo, das velhas Côrtes e dos liberaes que com-

bateram os franceses. Este documento, repetimos, é fundamental para compreender como se devia chegar à independência, porque e em que circunstâncias. Poucos outros documentos da história americana são tão claros e definitivos. Suas conclusões são as mesmas que fluem do estudo dos ideais de todos os próceres americanos e de todos os governos, jornais, cartas, etc., em que se encontram nossa história: mas nenhum documento, insistimos, é tão nítido e sintético em suas expressões. Diz:

“Perdida la España, a todo trance y en cualquiera circunstancia se declara la independencia, y se tendrá por perdida en el caso que los franceses ocupen las provincias del Continente, aunque se sostenga la plaza de Cádiz. Mientras en el reino quede un hombre vivo no se someterá a potencia alguna del extranjero ni a otra autoridad o cetro que el de Fernando VII, y si este no se restablece, a ninguno”.

Não se pode exigir maior nobreza e sinceridade. Aquêles que se apresentam os próceres americanos como cínicos embusteiros, que usavam máscaras e mentiam conscientemente e juravam falsamente sôbre os Evangelhos, merecem as censuras mais duras. O'Higgins, como os políticos que o rodeavam e tornavam possível a redação de um documento como o que estamos comentando, não mentia nem jurava em vão: dizia muito claramente que desejava continuar sendo espanhol e fiel a Fernando VII e que se êle não voltasse, ou se a Espanha passasse a ser domínio francês, governar-se-iam por si mesmos, sem cair, enquanto restasse um homem vivo, em poder de nenhum outro cetro nem sob a autoridade de nenhuma outra nação. Sòmente assim, por amor à liberdade, no caso em que Fernando VII continuasse perpétuamente no presídio ou a Espanha se transformasse em França, podia-se declarar a independência definitiva.

Neste documento, encontram-se, também, os germes políticos do federalismo moderno americano. Cada província assinante dêsse convênio considerava-se autônoma, pois a soberania residia no povo e cada povo tinha direito de defender-se e de pedir os auxílios necessários. A liberdade de imprensa seria estabelecida. O reino seria armado para repelir qualquer ataque estrangeiro. As ditas províncias que assinavam o convênio faziam também uma aliança ofensiva e defensiva com as do Rio da Prata. O povo devia inteirar-se de todos êstes artigos, exceto do referente à possibilidade de declarar-se a independência.

O ideal da liberdade civil era o que inspirava aos liberais da Espanha e da América. A viver sem liberdade era preferível morrer. Assim escrevia a O'Higgins, por exemplo, de Buenos Aires, a 1.º de janeiro de 1812, seu velho amigo Juan Florêncio Terrada y Fretes. Ambos se haviam conhecido em Cádiz e tinham falado muitas vezes da liberdade.

“Amigo O'Higgins: o libres o la muerte. Estos son los sentimientos de mi amigo: odio eterno al despotismo europeo y libertad civil o la muerte”.

O'Higgins, com efeito, amava imensamente a liberdade e a independência de sua pátria: uma liberdade civil e uma independência que significava não estar submetido a nenhum país estrangeiro. Não esqueçamos que naqueles anos ainda se falava na possibilidade de serem dominados pela Infanta Carlota Joaquina. Numa carta a Juan Florêncio Terrada, datada de Concepción, 20 de fevereiro de 1812, diz:

“Detesto por naturaleza la aristocracia, y la adorada igualdad es mi ídolo. Mil vidas que tuviera me fueran pocas para sacrificarlas por la libertad e independencia de nuestro suelo y tengo el consuelo de decir que la mayor parte de los descendientes de Arauco obran por los mismos principios”.

A fim de que não restem dúvidas a respeito do caráter da independência mencionada, seguimos com o parágrafo que vem em continuação do anterior e no qual O'Higgins se refere às tentativas de submeter a América aos portugueses:

“Quedo muy deseoso de saber de las operaciones de esos viles agentes y últimas reliquias del despotismo, digo, de los portugueses: **point de quartier...**”.

Outras cartas confirmam que O'Higgins aludia aos inimigos exteriores que de todos os lados ameaçavam cair sobre Buenos Aires e o resto da América. A concepção de um estado independente foi-se formando com o tempo e o isolamento. O govêrno do Chile atuava autônomo e ia-se convertendo num verdadeiro Estado. Não deve surpreender se O'Higgins escrevia a José Roberto Poinset, a 28 de outubro de 1813 que não deixasse de ajudar

“a la conservación y libertad de este Estado naciente”.

E mais adiante acrescenta:

“Cuando el Estado sea libre, cuando ya no tenga enemigos inmediatos que lo acechen, entonces, ¿cuál será el

verdadero republicano que no quiera participar de la libertad civil y, en fin, gozar de las obras de sus tareas?”

O'Higgins era um democrata, um liberal que amava a administração da coisa pública, a **res publica** pelo povo e não pelos déspotas. Este é o significado de sua alusão aos republicanos. Era, de outro lado, o ano de 1813 no seu final, e a época começava a fazer compreender que o destino da Espanha era o de uma nação perdida. Ao mesmo tempo o Chile, como muitas outras partes da América achava-se envôlto em lutas civis internas, de fundas ambições políticas. Conduziam-nas uns poucos caudilhos ou chefes militares. A rivalidade dos irmãos Carreras e O'Higgins começou logo. A grande maioria dos soldados seguia os Carreras, não por ideais, mas por simpatia e adesão cega a seus chefes. O Cabildo de Concepción explicava à Junta de govêrno que

“los soldados: ellos no obran por principios, no por opinión; son unas máquinas que se conducen por el vil interés y más bien por el amor a sus jefes...”.

A Junta de Govêrno atacou duramente os Carrera em proclamações e outros escritos. Expôs que essa família estava se apossando de tôda força militar do Chile

“y sus individuos son árbitros de la mente de un millón de habitantes”.

Chamava-os tiranos, inimigos da liberdade, etc., mas reconhecia que nos primeiros tempos tinham combatido com heroísmo pelo bem comum.

“Ellos se cubrierón de gloria, y por estos servicios tenían tantos títulos a la estimación publica que para ser las delicias del pueblo sólo les faltaba dejar de ser tiranos”. Eram “los señores del país”

e tinham chegado a um estado em que se criam obrigados a suster-se e continuar na tirania por temor de serem vítimas de um povo desgostado e oprimido. Eles, os Carrera, tinham salvo o Chile, organizando um exército em dois dias e realizando belas batalhas, mas tinham-se feito tiranos e o povo os odiava, Juan Mackenna escrevia a O'Higgins em 28 de novembro de 1813 que

“todo el reino está tan decidido sobre este punto que cualquier alternativa, cualquier dominación prefieren a la de los Carreras”.

O'Higgins informava à Junta de Govêrno a 29 de novembro de 1813 que o Chile

“desde que rompió las cadenas de la esclavitud en que yacia, ha experimentado una serie de aristocracias que lo han puesto en el borde del precipicio”.

A guerra civil entre os partidários do Conselho de Regência ou um govêrno peninsular que dominasse tôda a América e os partidários dos governos locais americanos — todos ao grito de “Viva Fernando VII!” — se prolongava com suas conhecidas alternativas. No país, as lutas dos defensores de O'Higgins e os sustentadores dos Carrera, dividiam ainda mais as opiniões. No resto da América, lutas em tôdas as partes, com homens como o vice-rei Abascal no Peru, Bolivar na Venezuela, e os imortais da Argentina, nesse país. Os chamados espanhóis, inimigos dos governos locais, dominavam no México e muitos outros pontos do Continente. Muitos homens pensavam em soluções pacíficas com os exércitos da Península. Em janeiro de 1814 Egaña insistia na necessidade de declarar algum dia a independência, pois a Espanha difficilmente poderia libertar-se de seus opressores. Tornava-se cada vez mais forte a convicção de que, dominada a Espanha pelos franceses, era preciso governar-se independentemente de qualquer outro poder estrangeiro. Não diminuia o propósito de não ser nunca franceses, nem portuguezes, nem inglêses. Este propósito explica muito claramente a inexistência da chamada revolução americana. Não existiu, repetimos, nem como fato histórico, nem como fato teórico. Historicamente, repetimos, ninguém no mundo poderá jamais demonstrar que em 1810 houve um levantamento contra Espanha. A formação das Juntas obedeceu a indiscutíveis juramentos de fidelidade a Fernando VII e a luta que imediatamente se produziu, em muitas partes, entre os partidários do Conselho, se originou, precisamente, pela existência dêstes últimos partidários, que viam com maus olhos a perda de seus empregos ou protetores, se no lugar dos velhos vice-reis governassem as juntas nascidas do povo. E' por êstes fatos em que sòmente se empenham negar êsses cabeçudos que não sabem analisar nem discutir, que novos estudiosos como o chileno Guillermo Izquierdo inventaram a tese de que na América não se lutou pela independência mas pela secessão. Assim como a separação que durante a guerra de secessão nos Estados Unidos buscaram os estados do Sul, não foi uma luta pela independência, mas uma guerra para separar-se, as províncias americanas, explicam os defen-

sores desta nova teoria, não lutaram para tornar-se independentes da Espanha, mas para separar-se dela. A explicação ou definição é um tanto elementar e não altera em muito a velha teoria da revolução, mas começa por recordar que já não é possível continuar falando tranqüilamente, sensatamente, de revolução na América contra a Espanha. Não obstante esta nova teoria, que poderia ser engenhosa se fôsse mais profunda, não é também exata no que se refere às origens do movimento político que conduziu à guerra civil e logo à independência de uma parte do império hispano-americano. A América não lutou precisamente para separar-se da Espanha. A América lutou para não ser francesa, para não ser dominada por Napoleão, o que é muito diferente. E' como se um estado americano fôsse hoje em dia invadido por uma potência estrangeira, e o resto dêsse estado não invadido, se propusesse continuar existindo sem cair em poder do invasor. A América não deixou um só instante de gritar: "Viva Fernando VII!" A guerra civil que surgiu entre os partidários dos poderes peninsulares e americanos não expôs, em nenhum momento, projetos separatistas. Lutava-se por uma determinada forma de governo e pela independência, não da Espanha, mas da França de Napoleão. Foi depois do regresso de Fernando VII, quando êsse monarca se declarou partidário do absolutismo e não houve nenhum entendimento com liberais da Espanha e da América, também divididos entre si que na América se pensou na independência de um poder absolutista. Não nos quisemos separar ou tornar independentes da Espanha, quisemos nos afastar de um poder, de uma forma de governo absolutista. Êste processo histórico e político é ignorado pelos historiadores de hoje, que falam de fantásticas influências da Revolução Francesa ou de conspirações imaginárias de traidores que nunca existiram, etc., mas, em compensação, era muito bem conhecido dos homens que atuaram naqueles anos e foram seus protagonistas mais destacados.

Com efeito, a 26 de janeiro de 1814, de Concepción dirigia-se O'Higgins a seus compatriotas e companheiros de armas para levantar sua indignação contra os soldados do vice-rei Abascal que tinham invadido as tranqüilas costas do Chile. Para entusiasmar as massas identificava o povo com os antigos indígenas que tinham combatido contra os conquistadores. Era o ano de 1814, mês de janeiro. O'Higgins insistia no velho argumento de que o vice-rei Abascal somente teria como fim

“destruir nuestras aspiraciones de libertad e independencia y de vendernos al más temible de los tiranos: Napoleón Bonaparte”.

Estas linhas são reveladoras e devem meditar sobre elas. Longamente todas as pessoas que se empenham em estudar as origens da independência americana e chilena, esquecendo-se do problema bonapartista. A liberdade e independência não era da Espanha, mas de Napoleão. Abascal, segundo O'Higgins, pretendia entregar estas terras aos franceses. Era preciso, em consequência, defender-se, tanto de Napoleão, como de Abascal. Não se tratava de um engano político, de uma mentira, de uma simulação. Ninguém sabia os verdadeiros pensamentos de Abascal e ninguém os sabe ainda hoje. Únicamente se sabia e se comprovava que Abascal lutava por um governo que o mantivesse no poder e estivesse em relação direta, inquestionável, com o governo da Península, que, por sua vez, era olhado com suma desconfiança pela sua possível amizade ou entendimento com os franceses. Não podemos pensar, nem temos indícios para isso, que O'Higgins mentisse. O'Higgins jamais simulou fatos como este. Por outro lado, suas palavras eram bem claras e convincentes. Dizia:

“Ese es el verdadero objeto, no lo dudo. No sirvan pues el engaño ni la división de sus aparentes promesas y perversas inclinaciones. Él se empeña, estad ciertos, en las instrucciones de su amo Napoleón, que operando firmemente sobre el principio de dividir para mandar, ha realizado casi ya su ambición y plan de imponer su yugo despótico sobre el todo del mundo civilizado”.

Era a verdade, o que ninguém podia negar. Napoleão ambicionava dominar todo o mundo e seus atos confirmavam suas ambições. Os chilenos tinham notícias seguras da Europa e sabiam como agia Napoleão. A situação política da Espanha e do mundo não permitia enganar. A América era a única parte do mundo civilizado que se mantinha livre de exércitos napoleônicos. A América combatia pela sua liberdade e independência; repetimos, que consistia, como todo o Continente sabia naquela época, em lutar para não ser francesa, para não ser um domínio de Napoleão.

Esta teoria ou explicação não é invenção de historiadores modernos, ou de nossos estudos particulares. É a única explicação que se dava e conhecia nos anos que estamos analisando. Neste caso é sempre O'Higgins ou são seus amigos e correligionários que a sustentam e expõem. Como prova citamos:

o documento de 19 de abril de 1814, assinado em Santiago por Francisco de la Lastra, José Antonio Errázuriz, Carmilo Henriquez, Gabriel José de Tocornal, Francisco Ramón de Vicuña e Juan José de Echeverría. Não vamos ofender êstes senhores dizendo que todos êles eram uns embusteiros nem que sustentando mentiras estavam de acôrdo com todos os próceres da América, começando pela Argentina. Nas primeiras linhas, em forma concentrada, expõem as verdadeiras origens dos sucessos americanos. E' a confissão plena de que não se tratou de questões econômicas, nem de ódios de raça, nem de conspirações secretas, mas de uma situação política criada dentro do império, pelos acontecimentos da Espanha — a prisão de Fernando VII por Napoleão, a falta de govêrno, a criação das Juntas populares, e o conselho para os povos da América fazerem o mesmo. Nada mais simples, claro e autêntico. Esta é a verdade da história e não os embustes que lançam tantos críticos modernos. Acrescentamos que não se vislumbra, nem em sonhos, nenhuma influência da Revolução Francesa, nem de nenhuma outra revolução. Diz o documento citado:

“Por la prisión de Fernando VII quedaron los pueblos sin rey y sin libertad de elegir un gobierno digno de confianza, como lo hicieron las provincias españolas, avisando a las de ultramar que hicieran lo mismo a su ejemplo”.

Discutir contra essa afirmação, que a análise de tôda história americana confirma em cada letra, seria tarefa de má fé. Que fêz o Chile? Fêz o mesmo que a maior parte da América: elegeu uma Junta governativa para não cair nas mãos dos franceses. Não fêz nenhuma revolução para tornar-se independente, como ensinam alguns manuais absurdos que ainda circulam nas escolas americanas. Em vez de não reconhecer o Conselho de Regência, como a Junta de Buenos Aires, reconheceu-o; mas êste detalhe não invalida o fato de que no Chile, como dissemos criara-se uma Junta, como se criou, para reconhecer sempre a Fernando VII e combater os franceses.

“Chile, deseoso de conservarse para su legítimo rey y huir de un gobierno que lo entregasse a los franceses, eligió una Junta gubernativa compuesta de sujetos beneméritos. Esta fué aprobada por la Regencia de Cádiz”.

Esta Junta era interina e devia durar até que se formasse um Congresso geral que resolvesse o plano de administração conveniente às circunstâncias do momento. Quando se reuniu o Congresso, seus deputados

“juraron fidelidad a su rey Fernando VII, mandando a su nombre cuantas órdenes y títulos se expidieron, sin que jamás intentasen ser independientes del rey de España libre ni faltar al juramento de fidelidad”.

Repetimos que estas linhas, escritas em 1814, por homens inesquecíveis na história do Chile, encerram a mais pura das verdades. A história foi assim como a ensinam aquêles espíritos nobres e talentosos, e não como a adulteraram historiadores politicóides de nosso tempo. Em nenhum instante houve intenção de independência, nem os deputados trataram de faltar ao juramento de fidelidade que tinham prestado a Fernando VII. Em outros têrmos: o propósito daqueles homens, que alguns estudiosos apresentam, na realidade, como traidores, era o de continuar formando parte da grande monarquia hispano-americana e reconhecer sempre como rei ao cativo Fernando VII.

Este estado de coisas durou até 15 de novembro de 1811. Consta, pois, que até esta data não houve novidades separatistas nem independentes. Depois desta data tão pouco as houve durante muito tempo; mas no dia citado ocorreu um fato notável. Os Carrera dissolveram o Congresso e fizeram-se donos da situação. Foram, pois, os Carrera os que alteraram a ordem existente. Fizeram-no para declarar a independência? Estiveram unidos aos crioulos? Foi uma revolução que teve por fim a liberdade? Não. Não foi feita para declarar a independência. Não foram os crioulos os que acompanharam, em sua maioria os Carrera, mas sim os espanhóis, e não teve por fim a liberdade, mas o despostismo de uma família. Eis como se expressam os homens já mencionados:

“Hasta el 15 de noviembre de 1811 quedó todo en aquel estado y entonces fué cuando por fines e intereses particulares, y con la seducción de la mayor parte de los europeos del reino, fué violentamente disuelto el Congreso por la familia de los Carrera que, hechos dueños de las armas y de todos los recursos, dictaron leyes y órdenes subversivas de aquel instituto, sin que ni las autoridades ni el pueblo ni la prensa pudiesen explicar los verdaderos sentimientos de los hombres de bien ni opinar con libertad”.

O movimento dos Carrera, na realidade, não teve como primeiro fim a independência, mas durante o domínio dêsses homens começou-se a pensar e a trabalhar pela independência. E' por isso que todo um partido de estudiosos defende sua memória e os considera grandes na história do Chile. Não obstante não puderam proclamá-lo

“solemnemente por no estar seguros de la voluntad general”.

O vice-rei de Lima contemplando a anarquia que começou a se difundir no Chile, declarou-lhes guerra e os males aumentaram. O povo, farto da dominação carrerina, expulsou-os do poder. O novo governo quis voltar ao estado anterior ao golpe dos Carrera. Hoje se diz que foi um retrocesso nas idéias de independência. Seja como fôr. O indubitável é que em abril de 1814 havia homens poderosos no Chile, que para fazer a paz com o vice-rei de Lima estavam dispostos a continuar reconhecendo Fernando VII, a quem não tinham deixado de reconhecer até então, a voltar ao estado de coisas que existia em 1811.

“Puesto así el Gobierno en libertad y deseando elegir un gobierno análogo a las ideas generales de la monarquía, confió la autoridad a un gobernador llamandole Supremo, por haber recaído en él la omnimoda facultad que tuvo la primera Junta gubernativa instalada en 18 de septiembre de 1810, y se propone ahora restituir todas las cosas al estado y orden que tenían el 2 de diciembre de 1811, cuando se disolvió el Congreso”.

Por estas razões o novo governo propunha ao de Lima, por intermédio do comodoro James Hillyar, para evitar os horrores de uma guerra, uma paz imediata a fim de poder enviar deputados para tratar com o governo da Espanha; auxílios à Península; comércio livre com todos os domínios espanhóis; olvido das causas surgidas da guerra, etc.

Estas idéias de fidelidade a Fernando VII eram as que dominavam os homens de maior representação do Chile em 1814, começando por O'Higgins. Sabemos muito bem que toda uma escola de críticos empenhados em demonstrar que os propósitos da independência eram muito anteriores, e envergonhados de reconhecer que a independência chegou pela força das circunstâncias e não por sonhos anacrônicos que nenhum documento descobre, sustenta que as palavras transcritas obedeciam a simulações, à necessidade de alcançar uma paz e a outras causas semelhantes. Isto não é exato. Não havia simulações naqueles homens. Se seus fins tivessem sido diferentes ter-se-iam lançado à luta, para morrer ou serem livres, como o fizeram em outras circunstâncias. Prova de que as palavras do documento transcrito eram autênticas e verídicas, achamô-la em outros documentos que não foram destinados ao estrangeiro nem a governos inimigos, mas a homens do Chile, a quem hoje se quer apresentar como precursores e campeões de uma luta pela

independência em anos e momentos em que pensavam de um modo muito diferente. A 28 de abril de 1814, Francisco de la Lastra, um dos que assinam as declarações que conhecemos, dirigiu-se ao general em chefe do Estado do Chile, para expressar-lhe que havia destacado

“en consorcio del ilustre Senado”, “una cabal, aunque ligera, idea de los motivos que obligaron a este pueblo fiel a la variación de gobierno, del honor y carácter de los mandatarios que eligió, del solemne juramento que al recibirse del mando hicieron de fidelidad a Fernando VII y guardarle estos dominios hasta su libre reposición al trono, del reconocimiento al Concejo de Regencia...”.

Estas palavras provam claramente que tudo quanto se disse ao vice-rei de Lima foi a mais pura das verdades, que não foi uma simulação nem uma mentira, mas, repetimos, a verdade da história. A primeira Junta do Chile jurou a Fernando VII com plena sinceridade, e, como outras juntas da América, como a de Buenos Aires, se comprometeu a guardar êstes domínios para o rei cativo até que êle regressasse ao seu trono. Aquêles que falam de planos fantásticos de independência encontram-se com documentos como êstes em que são abertamente desmentidos. A Junta de Santiago tinha sido reconhecida pelo Conselho de Regência e pelo marquês da Casa de Irujo, embaixador espanhol no Rio de Janeiro. Sòmente o vice-rei de Lima se havia empenhado em combatê-la. Em suas proclamações invocava o nome de Fernando VII do mesmo modo que os habitantes e o govêrno do Chile. A guerra civil não podia ser mais perfeita.

A paz com o vice-rei do Peru não pôde ser conseguida. A primeira entrevista projetada para tratar da paz não chegou a ser uma realidade. Foi quando Francisco de la Lastra, que tinha exposto a O'Higgins as verdadeiras causas dos sucessos de 1810, escreveu outra carta em que deixa assente que tudo quanto dissera sôbre as origens da Junta ou de suas verdadeiras intenções, encerrava um duplo sentido. Estas linhas poderiam fazer crer que existiu, realmente, um projeto separatista ou independente nos homens que compuseram a primeira Junta do Chile. Sòmente com ingenuidade poder-se-ia aceitar esta manifestação. Seu texto, para que se entenda bem é o seguinte:

“Aquellos hechos que antes haya referido o indicado, principalmente sobre la variación de gobierno en la ins-

talación de la Junta, los que la compusieron, juramento que prestaron y cualquiera otros, — que en el discurso de nuestra citada comunicación no hayan expresado aquel concepto interior, como han envuelto en si un doble sentido, ha juzgado excusado indicarlo, persuadido que V. E. indudablemente habrá conocido que han sido relaciones para que V. E. haga el uso que convenga, si por ese camino atacaren los contrarios. De esta naturaleza fué el exordio o introducción del oficio que dirigí a V. E. con fecha 28 del citado que rige”.

Estavámos a 30 de abril de 1814.

Esta declaração não significa que tudo quanto tenham jurado os componentes da primeira junta chilena fôsse falso ou destinado a enganar o público. A história é a história e nada ou ninguém pode desfazê-la. Fernando VII estava cativo e os juramentos de fidelidade que lhe tributaram eram bem sinceros. Sômente se pensou em pô-los em dúvida e sustentar que pudessem ter sido feitos com reservas mentais, em 1814, quando já se pensava na possibilidade de uma verdadeira independência, pois se acreditava que Fernando VII não voltaria nunca mais a recuperar o trono. A guerra civil com o Perú fazia também compreender que era preciso tornar-se independente ou submeter-se ao despotismo de um vice-rei que talvez sonhasse converter-se algum dia em rei. Foi conveniente então suggestionar-se que tudo quanto se havia jurado antes era falso ou encerrava duplos fins. Nem era falso nem encerrava outros fins que os que se expunham aos gritos e em centenas de papéis. Pela mesma razão ter-se-ia que acreditar ou admitir que tôdas as Juntas de Espanha, por exemplo, tenham sido igualmente perjuras. Francisco de la Lastra aludia, de outro lado, não aos fatos históricos indiscutíveis, mas ao espírito que os animava, o conceito interior que envolvia duplo sentido, e êste conceito era o de uma aspiração liberal, própria aos espanhóis e americanos, que começou a se fazer sentir alguns anos depois. Com efeito: tratava-se dos desejos de uma Constituição, de uma liberdade civil, que em 1810 não podia exprimir-se e que começou a ser proclamado na América sobretudo depois que se celebraram as Côrtes de Cádiz. O mesmo Francisco de la Lastra, num manifesto aos povos, de 1814, faz saber que o govêrno do Chile

“no se ha ocupado en otra cosa que en solidar la verdadera libertad del Estado para que todos los ciudadanos disfruten de la tranquilidad, del órden y de la armonía que forman la libertad civil”.

A guerra existente até êsse momento tinha sido puramente civil. Isto também o diz Francisco de la Lastra:

“Los chilenos eran al mismo tiempo los vencedores y los vencidos, ellos eran los que en un mismo instante cantaban la victoria y lloraban las desgracias de la guerra”.

A causa de todos os males, o desêjo da liberdade, arraigava-se no sistema absolutista que tinha imperado na Espanha. Repetimos que se ansiava não pela independência, mas pela liberdade — a liberdade dentro do grande império, com autonomias locais, com leis liberaes, com direitos humanos do povo e não divinos dos reis.

“Este reino — diz la Lastra — como los más de América, se resintió justamente de la poca consideración con que le miró la España en aquellos momentos en que todos los pueblos esperaban la reforma del opresivo régimen antiguo. Teníamos derechos y debíamos hacerlos valer según el orden de la naturaleza y según los principios más sólidos de la sociedad. Debíamos elegir los medios más prudentes y más seguros para lograr nuestros santos fines, y si una vez, por mala dirección o por necesidad, nos fué preciso fiar toda nuestra causa a la suerte de las armas, debimos aprovechar un feliz momento en que se pudo hacer a la razón árbitra de nuestra justicia”.

Francisco de la Lastra supunha que, conforme o projectado com o general Gainza, absolutista peninsular, os deputados do Chile iriam para a Espanha tratar da paz, etc. Êstes detalhes não interessam, pois a viagem não se pôde realizar. O que interessa é esclarecer, com as próprias palavras de Francisco de la Lastra, que o Chile tinha combatido mercê da pouca consideração com que o havia olhado a Espanha precisamente num momento em que todos os povos esperavam uma modificação ou reforma do antigo regime opressivo. O Chile tinha direitos naturais e queria fazê-los valer. Por isso, insistimos, a luta pela liberdade civil, não pela independência estatal. Ainda neste ano de 1814, como vemos, pensava-se em enviar deputados para Espanha para tratar da liberdade civil, em nenhum instante para discutir uma independência.

“Proteger la libertad y enfrentar el desorden son los primeros y más interesantes cuidados que exigen de mi la Suprema Magistratura y la confianza de los pueblos” terminava de la Lastra.

O caráter de guerra civil que teve a contenda hispano-americana nota-se no Chile com a mesma nitidez que nas restantes partes da América. Francisco de la Lastra deixava plenamente patente que os adversários que dominavam em outras partes do Continente desejavam subjugar o Chile com a desculpa ou o grito de Fernando VII. O Chile também proclamava Fernando; mas os adversários repetimos, com a mesma bandeira desejavam ser os únicos mandatários. A 7 de maio de 1814, numa comunicação ao General em chefe e quartel-mestre do exército do Chile dizia:

“Es preciso vendarse los ojos para no conocer que los más mandatarios europeos que nos cercan y existen en la América, se empeñan en subyugarnos al pretexto del amor y fidelidad a Fernando VII, por reconocimiento del Concejo de Regencia, etc., por sostener los derechos de aquel soberano o por guardarle esta preciosa parte de la América, sin tener tal adhesión a Fernando o las autoridades que legitimamente le representan, ni conocer otro primer interés que el personal, animado de la innata ambición y espíritu de mandar para hacerse fuertes, y esperar con esta preponderancia cualquier resultado...”.

Os dois bandos em luta invocavam igualmente o nome de Fernando VII e cada um sustentava que o contrário o invocava falsamente. Desta vez eram os chilenos que explicavam ao povo que os chamados espanhóis somente buscavam seu interesse pessoal, sua ambição de mando, e pretendiam subjugá-los sob o pretexto do amor e fidelidade a Fernando VII. Seja verdade ou seja mentira, o indubitável é que as pessoas, naqueles anos, ouviam e criam nestas afirmações. Assim se desenrolava a luta e assim se vivia uma história.

E' preciso saber em que cria o povo em determinados momentos da história para poder compreender a história. E' como se demonstrando que determinada religião é falsa, não se a tome em consideração para estudar as idéias do povo que acreditou cegamente nela durante séculos. No caso da independência americana achamo-nos com o fato indiscutível, de que tanto os mandatários quanto o povo afirmavam idênticos princípios. Aquêles que supõem que êles os expunham para convencer o povo, devem reconhecer que, se isso fôsse certo, determinados povos lutaram por uma independência que ignoravam e que em nenhum momento conceberam. Devem reconhecer que foram povos enganados vilmente e que seu heroísmo pla chamada independência foi, na realidade, um he-

roismo pelo único ideal em que criam e que lhe era pregado em todos os púlpitos políticos. Se admitimos, ao contrário, a verdade dos documentos e dos fatos, não achamos traidores ou embusteiros entre os Pais da Pátria, nem povos estúpidos, hàbilmente enganados, mas homens que foram fiéis a sua grande pátria hispano-americana, que lutaram por princípios liberais, comuns aos homens mais destacados da Espanha e da América, e que disseram formosas verdades e não grosseiras mentiras aos povos em que mandavam. Quanto aos povos, teriam combatido pelo ideal da liberdade civil. Por último, a liberdade política e estatal teria chegado, como chegou, quando se compreendeu que era preciso morrer antes de viver sem liberdade. E' preciso, portanto, ir aos documentos que animam o povo e ver o que se dizia neles para alcançar a vitória, em que consistia essa vitória e porque combatia o povo. Tudo isto é a história verdadeira. Numa proclamação de 17 de maio de 1814, datada em Talca, O'Higgins afirmava que a origem das convulsões, no Chile, devia-se à "inteligência suprema", quer dizer, a Deus, à casualidade, ao destino, não a conspirações nem problemas de outra índole. Era a situação inesperada da Espanha que havia desencadeado todos os fatos, e em seguida acrescentava que a luta tinha

"por norte la defensa de la religión santa de Jesucristo y nuestro augusto y desgraciado monarca".

Era imprescindível vigiar todos unidos

"para sostenernos contra los enemigos de estos sacrosantos derechos".

Se O'Higgins tivesse sido um verdadeiro inimigo da religião católica e de Fernando VII, deveríamos reconhecer, sem discussões, que era um farsante, um cínico, um traidor, que enganava seu povo com ideais que êle era o primeiro a não professar. Não admitimos tanta felonía, mas se alguém quer admiti-la, deverá reconhecer, ao mesmo tempo, que o povo lutava pela religião e não pelo rei. Assim o demonstra esta so-lene proclamação em que O'Higgins jura

"por lo más sagrado que sostendrá con la espada de la justicia el honor y el carácter",

em que se ressalta a

"ingenuidad de los malvados y la crueldad de los asesinos"

e se afirma que a defesa da religião e do rei

“es el sentir del supremo gobierno de Chile que lo cumplirá y mirará a todo habitante, sin excepción, con aquel amor y ternura que le merecen los padecimientos pasados”.

Estes pensamentos eram os que dominavam no Chile de 1814. A 30 de maio, Antônio José de Irisarri escrevia confidencialmente a O’Higgins que a ordem de fazer os militares usarem a roseta espanhola tinha desagradado muita gente.

“Esta providencia utilissima, sin la cual no podían confiar los enemigos en nuestros tratados, y con la cual nos ponemos del todo a cubierto de las asechanzas de los sarrazenos que hostigan a Gainza infundiéndole temores de nuestra parte, es uno de los fundamentos en que cuatro revoltosos quieren sostener la rebelión”.

A roseta espanhola tinha por fim naqueles momentos, convencer os inimigos dos bons propósitos que inspiravam as negociações de paz. Outros chilenos negavam-se a essa demonstração, mas os homens de govêrno, começando por O’Higgins, criam muito conveniente oferecer essa demonstração de união e espanholismo aos contrários, para alcançar algum bom resultado.

Achamos, pois, em plena luta, alguns homens que queriam usar a insígnia espanhola e outros que desejavam impor côres novas e difundir o reconhecimento de uma nova nação e de uma nova nacionalidade. Quem eram uns e quem eram outros? E’ muito fácil dizê-lo: os que estavam dispostos por suas conveniências políticas a usar a roseta espanhola eram O’Higgins e seus homens, e aquêles que queriam impor três novas côres eram os irmãos Carrera e seus seguidores. Veja-se como de Santiago, Juan Mackenna falava a O’Higgins em 18 de julho de 1814:

“Parece que tanto a los oficiales del ejército como a los de la tercera división que entró ayer, les disgusta mucho la mudanza de la marca tricolor que los Carrera pusieron a sus esclavos. Como yo siempre la miré como tal y como el mayor de los absurdos, jamás me la he puesto. Usted bien sabe que la mudanza de un pabellón sólo la puede hacer la soberanía del pueblo representada en el Congreso; que la declaración de la independéncia la debe presidir, y que sea reconocido por las naciones neutrales. Sin estos requisitos un buque chileno con semejante pabellón será legítima presa de todo barco”.

Estas linhas são a história da origem da bandeira chilena. Seus criadores foram os irmãos Carrera e a eles corresponde esta glória que no seu tempo homens como Mackenna diziam olhar como o maior dos absurdos. Mackenna tinha suas razões e acrescentava que em Valparaiso tal pavilhão tinha sido objeto de mofa para os ingleses e anglo-americanos. Também dizia:

“Tengo entendido que aunque los porteños han mudado la escarapela han dejado la bandera española”.

Eram os passos preliminares para a independência. Os Carrera desejavam romper de forma definitiva com todo espanholismo e lançar-se à luta com uma nova bandeira nacional. Outros homens queriam ser mais prudentes. O exército estava dividido. Em uns regimentos aceitava-se a nova insígnia, noutros se conservava a velha, própria dos sarracenos. O Diretor Supremo, Francisco de la Lastra, via estes fatos e compreendia que sua situação era insegura e estava colocado sobre um caos de idéias e de paixões. A 22 de junho de 1814 escrevia a O'Higgins:

“No puedo menos que reirme a carcajadas cada vez que me pongo a meditar sobre mi pomposo título de Director Supremo, que sólo por mal nombre me podían haber señalado semejante epíteto”. E acrescentava: “Aseguro a usted que me hallo aburrido con este empleo que aborrezco y detesto”.

O problema das origens da guerra civil que tinha levado o Chile ao estado em que se encontrava, constituía uma preocupação para muitos espíritos. Em alguns escritores já existia o propósito de apresentar o estado de coisas que passava como resultado de reações contrárias às que haviam sido na realidade. Havia uma espécie de vergonha de dizer que se havia reconhecido e jurado a Fernando VII, contra quem se combatia, e que a liberdade tinha chegado por obra dos sucessos europeus e não pelo esforço de patriotas chilenos ou americanos. Estes haviam aproveitado as circunstâncias, mas não as haviam criado, e o que se desejava fazer crer às gentes era que se as tinham criado e não que se haviam aproveitado delas. Neste ano de 1814, que estamos comentando, produziu-se no Chile uma polémica famosa sobre as origens da hoje impròpriamente chamada revolução. O primeiro a romper fogo e dizer a verdade foi Manuel de Salas, com o pseudônimo de Pacífico Rufino de San Pedro, no **El Monitor Americano**, em 17 de maio de 1814. Sua história das origens da guerra civil que dividiu a

Espanha e a América em liberais e absolutistas é perfeita. Não há nela que não seja exato e não esteja de acôrdo com as investigações críticas modernas. Manuel de Salas conhecia amplamente os fatos que relatava. Tinha sido testemunha pessoal dos acontecimentos, era homem de grande cultura e sabia penetrar fundo na história. Seu escrito coincide com os resultados das últimas investigações. Não alude a questões econômicas, nem raciais, nem a conspirações de traidores. Expõe a verdade dos fatos sem eufemismo, nem simulações. Seu escrito recebeu, em seguida, uma série de refutações. Havia gente empenhada em negar certas verdades por vergonha e porque a política tomava rumos insuspeitados. Não se podia, pelo menos, deixar de renegar certos detalhes, mas estes detalhes careciam de transcendência. Na exposição rapidíssima desta grande polêmica, veremos o que fica em pé das afirmações de Salas e o que lhe foi refutado. Fica em pé tôda a teoria moderna das causas que levaram à guerra civil hispano-americana de onde terminou por sugir a independência. Estavâmos no ano de 1814. Ainda não se havia declarado a independência, e já se dizia a verdade sêbre os fatos que acabariam por fazer declarar-la. Manuel de Salas começa seu relato com êstes fatos:

“En Chile como en todo el mundo, se oía con admiración el nombre de Napoleón Bonaparte, y se lo tenía por el primer amigo y aliado del rey de España, por quien este había sacrificado las fuerzas e intereses de la nación, y se esperaba que su ida a la Peínsula sería el remedio de los inmensos males de toda especie en que la había abismado el imprudente y dilatado despotismo de su execrable privado”.

Ninguém poderá negar, sob pena de ignorância, profunda e inexplicável má fé, que esta é a mais pura verdade: a Espanha achava-se farta da tirania de Manuel de Godoy, a quem terminou por arrastar pelas ruas, e esperava, com grandes ilusões, todo gênero de bens com a amizade de Napoleão.

“De improviso se muda el gran teatro, se ve al favorito conspirar contra el monarca, su bienhechor, y al protector privarle de la corona y la libertad”.

E' outra verdade inquestionável: Godoy apareceu ante os olhos do povo espanhol que esteve a ponto de destrugá-lo, como um traidor, e é bem sabido que Napoleão aprisionou os legítimos reis da Espanha. Até aqui tudo é inquestionável, conforme ao que ensina qualquer manual de história espanhola. Note-

se como Salas começa seu relato com êstes fatos e não com antecedentes americanos de revoluções imaginárias, conspirações nunca existidas, ou problemas comerciais que jamais influiriam sôbre a futura independência. E' a comprovação mais exata de que Salas sabia muito bem que a história dos sucessos americanos tinha como única origem os sucessos europeus desencadeados por Napoleão. E agora, Salas entra em cheio no fato que produziu a reação americana de fidelidade a Espanha e a Fernando VII e de ódio a Napoleão e a todo estrangeiro. Êste fato, medite-se bem, é o que representa a origem do nacionalismo hispano-americano, sustentado pelas Juntas e as armas, em favor de Fernando VII e nunca contra êle, como ensinam tantos historiadores desorientados.

“Se reciben órdenes del Soberano, autorizadas de sus propios ministros, para que la América sea ligada al carro del usurpador, y estas provincias por la primera vez las repugnan, cifrada en su misma desobediencia su felicidad, exponiéndose a desagradar al que quieren ser leales”.

A América foi, portanto, fidelíssima à Espanha e a Fernando. Quando soube que a Península começava a ser dominada por Napoleão e as próprias autoridades peninsulares estavam dispostas a permitir que tôda a América seguisse a sorte da Espanha, os americanos se rebelaram contra os propósitos francesistas dos governantes peninsulares e tornaram cada vez mais forte sua adesão a Fernando VII. Ademais, os americanos se inteiravam, com horror, que entre os espanhóis da Península havia muitos que apoiavam o novo govêrno bonapartista. A traição rondava por tôdas as partes e, o que era pior, havia traidores afrancesados também na América. A análise da história de cada cidade americana nos confirma com exatidão estas afirmações expostas por Salas. Dizia:

“Sabem que muchas inmediatas al trono abren la entrada a sus enemigos y que se pasan a sus banderas personas del primer órden en todas las clases. Vemos en los efimeros cuerpos que toman el gobierno sujetos dignos de la mayor desconfianza, y aun estos mismos nos encargan tenerla de los que rigen estas tierras”.

Como se isto fôsse pouco, soube-se que iam chegar emissários espanhóis encarregados de obter o reconhecimento do rei José Bonaparte. Em outras páginas demos a conhecer os impressos de 1810 em que se anunciava a chegada à América de emissários com missões em favor de Napoleão.

“Se nos anuncia oficialmente la venida de emisarios españoles encargados de seducirnos, individualizando su nombre, patria y destino”.

O único remédio para fazer frente a êsses males, a esta situação trágica em que a Espanha e o império estavam a ponto de ser absorvidos por Napoleão, era o de governar-se por meio de juntas populares e provisionais de govêrno. Assim o tinham feito as cidades espanholas fiéis a Fernando VII, e em plena revolução contra os franceses. Ao mesmo tempo, outras notícias da Espanha fiel, faziam saber que os americanos deviam bastar-se a si mesmos e não esperar nenhuma ajuda da Península, na luta terrível contra os franceses. Tudo isto é bem sabido pela história imparcial, que se aprofunda nos pormenores dêstes anos a que estamos nos referindo. Salas não fazia mais que expor verdades elementares.

“Se nos presenta con el ejemplo, y con modelos, como el único medio de precavernos de la perfidia, el Gobierno de Juntas, al mismo tiempo que se declara que los de España no atenderán a recurso alguno, ni a otro objeto que a la defensa de sus invasores”.

Estas notícias se misturavam com outras inseguras e falsas. O Chile não sabia a que ater-se nem em quem acreditar. O Chile não desejava ser independente, nem rebelar-se contra Friando VII, e sim continuar formando parte do imenso império e reconhecer ao monarca muito desejado.

“A las noticias que merecían crédito por su autenticidad, acompañaban millares de nuevas sugeridas por el temor, los intereses y las pasiones, y variadas en los órganos que las conducían a tanta distancia y siempre misteriosamente”.

Não obstante o Chile não vacilou: era fiel a Fernando VII e continuou sendo. Não só não fêz uma revolução contra a Espanha, como supõem e ainda ensinam tantos manuais inconcebíveis, mas ainda jurou a maior fidelidade ao rei Fernando. A história documentou com perfeição êstes fatos. Chegamos, pois, à conclusão de que a chamada revolução foi, na realidade, o mais firme ato de adesão e fidelidade ao rei da Espanha. Diz Salas:

“En la primera época de esta cadena de sucesos, apenas supo la desgracia de su Príncipe, y las ventajas que podrían sacar sus enemigos del defecto de su recono-

cimiento en estas partes, o por manifestar Chile que nunca le era más fiel que cuando era desgraciado, se apresuró a jurarle con la voz y el corazón entre vivas y lágrimas una invariable obediencia”.

No relato de Salas abundam outros pormenores. Refere-se amiúde como o Chile estremeceu com as notícias que chegavam da Espanha e como refletiu que uma cega obediência às ordens da Península o expunha a ser juguete da perfídia de um mau ministro. Tão pouco podia submeter-se

“a los que tenían a la sazón la autoridade, recibida de la mano del mismo que acababa de vender a su rey”,

isto é, Manuel Godoy. O governador do Chile aparentava estar de acôrdo com os afrancesados e queria deixar desarmado o reino, enviando para a Espanha armas que ali não eram necessárias. Seu sucessor era um homem débil e exposto a

“ser el involuntario instrumento de la sagacidad de algún enemigo de nuestra seguridad”.

Todos êstes fatos convenceram aos chilenos da necessidade impostergável de criar uma Junta de govêrno que oferecesse plenas seguranças. Não se tratou, em absoluto, de uma revolução, mas de um ato, repetimos, de imensa adesão à Espanha e ao rei Fernando. Êste fato ninguém o pôde negar nem então nem agora, e só se pôde dizer, naqueles tempos, que não tinham corrido certas lágrimas: detalhe insignificante, para não dizer ridículo. Porque se criou a primeira Junta no Chile foi exposto por Salas com uma exatidão e uma veracidade inquestionável:

“...se presentó, como era natural, en el conflicto, la idea de imitar a la Madre Patria, depositando el poder y la autoridad en unos individuos cuyo número dificultase la colusión, y en quienes afianzase la rectitud en propio interés y se disipasen así las sospechas de infidencia, o hablando con propiedad, asociando al que tenía el mando, según la ley y voluntad expressa del Soberano, otras personas de cuasi igual carácter y las mismas obligaciones que, al propio tiempo que le ayudasen a llevar el timón en tan fregosas circunstancias, estuviesen exentas de las desconfianzas del pueblo. En efecto, se instituyó unanimemente una Junta provisional compuesta del gobernador y capitán general, el ilustrísimo Obispo, un consejero que acababa de ser regente de la Real audiencia, el comandante de artillería, dos coroneles

de milicias y un vecino de honor. Fué aclamada en la capital y reconocida en todo el reino”.

O Chile havia cumprido com seu dever. O Chile havia imitado, como o resto da América, o feito na Espanha, sem revoluções e sem conspirações traidoras contra seu rei. A Junta recém-criada não ia contra a Espanha, mas tão a seu favor que o entusiasmo patriótico de espanhóis e americanos alcançou os mais altos limites. As palavras de Salas parecem as de Juan Manuel de Rosas, na Argentina, quando explicou aos diplomatas estrangeiros a verdade acêrca da suposta revolução de 25 de maio de 1810. Diz Salas:

“Su instalación fué un acto de sumisión al soberano, pues se juró en él conservarle esta porción de sus dominios, mantener en el ejercicio de sus empleos a los que los tenían de su voluntad y la observancia de las leyes, hasta que restituido al trono con plena libertad, pudiese como siempre mandar por si en estas provincias. Todas las providencias se expedieron a su nombre, no se alteró signo, expresión, ni fórmula de las que denotan dependencia, y la más estrecha adhesión al rey y a la nación; lo que es más y nadie ignora, todo se hizo sincera y cordialmente”.

Repetimos que esta é a verdade dos fatos; que não houve revolução, mas uma modificação de govêrno, feita à imitação da realizada na Espanha, para afiançar a segurança geral e a adesão a Fernando VII. Note-se como Salas esclarece que tudo se fez sem fingimentos, nem simulações, como ninguém ignorava,

“sincera y cordialmente”.

Os fatos posteriores são desconhecidos pela história. Salas os consigna com sua costumeira precisão. Os chilenos logo se deram conta de que o Presidente da Junta tinha muito má fama pelos seus governos anteriores em outras partes da América. Começou a luta civil e a história continuou avançando.

Salas tinha apresentado as causas verdadeiras dos sucesos que os manuais comuns cometem o êrro monstruoso de chamar revolução, e ainda aumentam essa aberração, dizendo que foi contra a Espanha. Sua exposição está em tudo conforme com as mais severas análises dos críticos modernos. Naquele tempo então, ninguém ignorava a verdade dêsses fatos; mas havia um detalhe referente a umas lágrimas que faziam os chilenos corar; e logo se dedicaram a refutar. O pri-

meiro a contestar o escrito de Salas foi o célebre Camilo Henriquez, com as iniciais de H. V. Não atacou, em absoluto, tudo quanto disse Salas. Começou por acrescentar que entre os motivos que ocasionaram a formação das juntas ter-se-ia que incluir

“la igualdad de derecho, el comercio libre, el gobierno interior en amigos del país que hicieron su felicidad y el que los empleos se repartiesen entre sus hijos, a ciudadanos beneméritos”.

Razão tinha Camilo Henriquez. Ao constituir-se a primeira Junta do Chile, desejava-se, como prometia o partido liberal espanhol, o reconhecimento de governos locais, igualdade de direitos, comércio livre e a distribuição dos empregos entre os filhos do país. Estes desejos, sustentados pelo partido liberal, se manifestaram nem bem se pensou na instalação da Junta. Existiam antes, mas em nenhum caso pode-se dizer que êles tenham originado a traição de Napoleão, a revolução madrilenha de 2 de maio, a formação das juntas peninsulares e sua cópia nas cidades da América. Quem sustentasse tal coisa seria considerado um homem sem critério, e privado de raciocínio. Henriquez recorda certos desejos, muito justos e inegáveis, mas que não foram causas, e sim aspirações próprias de um partido hispano-americano que do mesmo modo lutava pela liberdade civil na Espanha e na América. A parte forte da refutação de Henriquez consiste em sustentar que ninguém chorou pelo rei cativo Fernando VII. Henriquez cometeu o êrro de supor que uma simples expressão afetiva ou emocionada podia ter um valor histórico ou teve a habilidade de polemista sem muita fé, de apresentar como facto real uma frase literária comum então. A frase refutada era a seguinte:

“...se apresuró a jurarlo con las voz y el corazón entre vivas y lágrimas una invariable obediencia”.

O juramento está perfeitamente bem documentado e ninguém discute. O que Henriquez quis discutir, repetimos e insistimos, foi, simplesmente, a palavra “lágrima”. A seu ver não houve lágrimas.

“Yo he procurado noticiarme si hubieron tales lágrimas, que no observé y no he hallado siquiera uno que las hubiera visto ni oído decir que las hubieren”.

O argumento das lágrimas permitiu-lhe escrever um par de páginas, dizendo que no Chile ninguém conhecia pessoal-

mente Fernando VII e que, portanto, ninguém pôde chorá-lo. Tão pouco teriam chorado os chilenos pelo marquês de Medina. Sobre êste particular das lágrimas versou tôda a discussão histórica. Hoje se consideraria indigno ou estúpido sustentar uma polêmica em tôrno de semelhante questão; mas no tempo se converteu num motivo de interêsse nacional. O Chile inteiro quis saber se alguém teria chorado ou se ninguém havia chorado. Houve, pois, novos polemistas que entraram no assunto. Don Bernardo Vera y Pintado, com as iniciais de D. de P. y R. insistiu sôbre o mesmo tópicó de que entre um milhão de chilenos não havia vinte que conhecessem o marquês de Medina e que, portanto, o mais provável era que não o tivessem chorado. De tôdas as outras questões históricas, nem uma palavra. Santiago Gandarillas, com o anagrama de Stanislao Aggar Landi, foi o terceiro contraditor de Salas. Em brincadeira alegou que as pessoas que conheciam o marquês de Medina não eram vinte e sim doze ou dezesseis. Outros polemistas abundaram em idênticos e pueris conceitos e argumentos. Don José Manuel Gandarillas, com o anagrama de Andreas Galeas e Juan Millao, escreveu uma carta de dois amigos a don Firmiano Roca, a 7 de julho de 1814. Seu escrito foi mais doutrinário. Começou por sustentar que

“a política del gabinete español es incompatible con la libertad de sus colonias”.

Não se acredite que esta frase implicava a idéia de uma independência ou formação de novos estados. Muito ao contrário.

“Libres estas, y gozando las prerrogativas que les corresponden, como parte integrante de aquella monarquía, perece el comercio de Cádiz, a quien debe la España su existencia...”.

As colônias deviam ser livres, sem deixar de formar parte da monarquia; mas esta medida teria prejudicado o comércio. Gandarillas explicava que a Espanha não podia viver sem a América e que compreendendo que devia outorgar o comércio livre a suas colônias, as Córtes de Cádiz

“forjaron el bárbaro proyecto de entregarnos a otra potencia que nos esclavizase”.

Êste fato é um vulgar embuste, uma estúpida calúnia, mas Gandarillas nela acreditava e a apresentava como argumento ao povo chileno. Também acrescentava Gandarillas, em sua

honestidade de polemista, que esse projeto de entregar a América a algum país estrangeiro, tinha desagradado a muitos políticos espanhóis e que alguém havia proposto deixar as Américas em liberdade para que, por si mesmas, resolvessem seu destino. Por estas e outras muitas razões, a América devia alcançar sua independência. A Espanha terminaria por ser governada por uns reis diferentes dos Bourbons.

“En cuyo caso, los pueblos que reconocen a Fernando de Borbon están absueltos de la quimérica obligación de seguir el rumbo de aquella corona”.

Os dados que Salas tinha exposto a respeito das origens da tão imprópriamente chamada revolução não eram nem sequer tocados. A polêmica havia tomado rumos diferentes. Fora do argumento discutível das “lágrimas” que o povo tinha vertido ou não vertido numa ou duas oportunidades, ninguém pôde negar o que havia exposto Salas. Tratava-se de verdades indiscutíveis que todo o Chile conhecia com perfeição. A guerra civil continuava. Inumeráveis americanos combatiam nas fileiras espanholas. Alejandro Salas y Cluman, por exemplo, referia-se aos

“americanos que han identificado sus ideas con el fanatismo de los españoles” e chamava-os “miserables estu-
pidos”

por sua adesão cega a Fernando VII. A invasão de Mariano Osório terminou com as desavenças internas. Os chilenos, em geral se negaram a aceitar as propostas de paz, jurar de novo a Fernando VII e obedecer, durante seu cativeiro, à Constituição e ao governo de Cádiz. Ou liberdade civil, ou morte. O'Higgins fez doação de meses de seus soldos ao Estado. A luta pela independência se definia cada vez mais. Os bandos que aspiravam à independência e à conservação da situação existente achavam-se em forte pugna. Logo, com a declaração da independência das Províncias Unidas na América do Sul, feita em Tucumán, a 9 de julho de 1816, desapareceriam tôdas as dúvidas e o Chile, como o resto da América, marcharia então francamente pelos caminhos de seu auto-governo e de seu próprio destino. Mas até então, como vimos, a luta civil não foi propriamente pela independência, e sim pela liberdade. Não houve precursores nos fatos históricos que conduziram à independência. Vimos as verdadeiras idéias políticas de O'Higgins desde sua juventude. Comprovamos que suas rela-

ções com Miranda se reduziram a um encôntro do qual nada sabemos. Os documentos que falam de seus planos com o chamado Precursor são duvidosos e nada dizem de concreto. A história os desmente. O'Higgins não pôde viver em mundo anacrônico, contrário a tudo quanto se desenvolveu então e a tudo quanto era possível imaginar naqueles momentos. A história tem uns marcos, uma idéias, umas situações, das quais não é possível sair, e, menos, não é possível adiantar-se. Ninguém faz hoje o que se fará amanhã, pela simples razão de que hoje se ignora o que ocorrerá amanhã. Quando se diz que hoje se fez o que se fará amanhã, saber-se-á, sem discussões, que se trata de mentiras ou falsidades. E' o que revela a análise das idéias de O'Higgins. Do mesmo modo as análises das idéias de todos os chamados Precursores provam igual circunstância. A independência não foi sonhada antes de 1810 porque era simplesmente absurdo concebê-la. Não podia conceber-se e não se concebeu. Os indícios que parecem revelar a existência desta concepção são imaginários ou falsos. Foi o estremecimento que experimentaram Europa e Espanha com a política dominante de Napoleão o que pôs em marcha a história da Península e da América. Antes de 2 de maio de 1808 é ridículo pensar em planos separatistas americanos. Depois desta data começaram a criar-se algumas juntas na América para imitar a forma de luta contra Napoleão que se levava a cabo na Espanha. Foi preciso que em Buenos Aires triunfassem as idéias juntistas de don Martin de Alzaga e se criasse uma Junta de governo a 22 de maio de 1810 e outra a 25 do mesmo mês e ano para que no Chile se pensasse em tomar idêntica medida. A Junta do Chile não significou mais que o triunfo da imitação espanhola e buenairense. Obedeceu ao Conselho de Regência, ao contrário da Junta de Buenos Aires, que preferiu continuar autônoma e não teve outros fins que os de governar as terras chilenas enquanto durasse a ausência, no cárcere, do desejado Fernando VII. O'Higgins esteve prêso nesta política geral e ao mesmo tempo na política local do Chile. A história deve se aprofundar mais nos planos locais do que nos planos separatistas. Estes não existiram no princípio. O que existiu foi a ambição do mando numa série de caudilhos. Esta, a história dos Carrera e de tôdas as lutas internas pelo poder. Os Carrera foram os primeiros a pensar numa bandeira nacional, num governo para si e numa autonomia. Estes ideais, que alguns historiadores consideram egoístas e de interêsse pessoal, não se encontram em O'Higgins e em seus amigos. A história descobre

pensamentos muito diferentes. Teve, até o último momento, esperanças de acêrto com Espanha. Eram as esperanças que existiam um pouco em tôdas as partes, na América. Não se queria ir à independência porque uma independência era semi-impossível. Queria-se aproveitar a situação espanhola para alcançar maior liberdade civil. Assim, pensavam igualmente, os liberais da Espanha e os liberais da América. Se a Espanha fôsse perdida e ficasse para sempre em poder dos franceses, a América teria continuado livre e independente, sem entregar-se nem a inglêses, nem a franceses, nem a portugêses. A independência de todo poder estrangeiro, no caso de se perder a Península, era uma independência americana, que, na realidade, teria significado a continuação da Espanha na América com um sistema liberal e um govêrno de homens na sua maioria nascidos nestas terras. Assim conceberam a independência americana alguns espíritos liberais daquele tempo, e conceberam-na dêste modo, e de nenhum outro modo, porque a história, isto é, as circunstâncias, impunham-na exatamente desta maneira. Os planos separatistas que se atribuem a O'Higgins e a tantas outras pessoas, antes que a história os tornasse possíveis, só existem nas imaginações de velhos historiadores, embuidos de preconceitos, de lendas e de fatos falsos. Vimos a verdade dos fatos e das idéias e podemos, muito bem, considerar O'Higgins como um lutador da liberdade civil do Chile, que combateu por uma condição social e política inquestionavelmente superior, amou ao seu povo e quis um govêrno local que melhorasse cada vez mais a vida do Chile. Por isso se o chama, com justiça, Pai da Pátria; mas não se há de transformar êsse Pai da Pátria num pai de sonhos ou imaginações, de atos traidores e anacrônicos. Deve-se colocá-lo entre suas justas e verdadeiras idéias até vê-lo crescer, pouco a pouco, junto a San Martin. Seus adversários políticos também têm seus magníficos méritos na luta pela independência. Falamos dos Carrera, mal estudados e mal conhecidos. Mas êste estudo sai dos primeiros tempos e leva-nos à história política do Chile, longe do problema das origens e da independência. E' um estudo apaixonante, que, quando foi feito com imparcialidade, há de revelar grandes surpresas e há de mudar mais de um conceito, muito arraigado, na história do Chile. Entretanto, podemos estar seguros que no Chile não houve anacronismos, nem magos que sonharam ou adivinharam o futuro para conceber uma independência quando era impossível concebê-la. Sabemos o que pensava O'Higgins e como a idéia da independência foi se formando pouco a pouco, à me-

dida que os fatos iam-na impondo e tornando possível, como chegou da Espanha, e como se impôs, vinda da Argentina. Vendendo-se assim, compreende-se a história em sua verdade e em sua realidade; afastam-se os fantasmas ridículos de outros tempos, os conspiradores absurdos e inexistentes. Admira-se a luta — pela liberdade civil primeiro, depois autômicamente livres — que levaram adiante com amor, com ódio, com paixão, com ilusão, com todos os sentimentos humanos estranhamente mesclados, homens que lutaram entre si e passaram à glória como encarnações do Destino, como figuras simbólicas desse tempo — único na história — em que nasciam nações, para os homens livres do mundo, e heróis, para a imortalidade.

ENRIQUE DE GANDÍA